



CÂMARA MUNICIPAL DE BOM JARDIM DE MINAS

PORTARIA Nº 19 /2026

Dispõe sobre a progressão funcional do servidor André Lucas da Silva Pontes e estabelece os critérios de cálculo de suas vantagens remuneratórias.

A Vereadora **ANA CLAUDIA GOMES**, no exercício do cargo de Presidente da Câmara Municipal de Bom Jardim de Minas, no uso das competências que lhe são conferidas pelo art. 32, incisos II, XIII, XV e XVIII, da Lei Orgânica Municipal, e pelo Regimento Interno da Câmara Municipal, e

CONSIDERANDO o disposto nos Art. 14 e seguintes da Resolução nº 016/2019, da Câmara Municipal de Bom Jardim de Minas, que institui e regulamenta a progressão funcional dos servidores efetivos;

CONSIDERANDO o Art. 15, parágrafo único, e o Anexo I da Resolução nº 016/2019, que estabelecem o acréscimo de 3% (três por cento) por nível de progressão, calculado sobre o vencimento-base inicial do respectivo cargo, incorporado ao vencimento básico nominal;

CONSIDERANDO o Art. 16 da Resolução nº 016/2019, que prevê o cumprimento de, no mínimo, 2 (dois) anos de efetivo exercício no cargo (ou 3 anos para a primeira progressão pós-estágio probatório) e a aprovação em avaliação de desempenho como requisitos para a progressão funcional;

CONSIDERANDO o Ato da Presidência nº 01/2026, que fixou a interpretação administrativa das normas remuneratórias no âmbito da Câmara Municipal, em conformidade com o Memorando Técnico nº 05/2026;

CONSIDERANDO a aprovação do servidor André Lucas da Silva Pontes na avaliação de desempenho pertinente, realizada em 11/11/2024 conforme registrado no relatório de avaliação de desempenho RAF.

RESOLVE:



CÂMARA MUNICIPAL DE BOM JARDIM DE MINAS

Art. 1º Fica ratificada a progressão funcional ao servidor **ANDRÉ LUCAS DA SILVA PONTES**, Matrícula nº 50, ocupante do cargo de Auxiliar de Secretaria, passando-o do Nível A para o Nível B, da Tabela de Progressão Salarial constante do Anexo I da Resolução nº 016/2019, concedida em 01/01/2025.

Art. 2º Em decorrência da progressão concedida no art. 1º desta Portaria, o vencimento básico nominal do servidor **ANDRÉ LUCAS DA SILVA PONTES** passa a ser de R\$ 1.827,43 (mil oitocentos e vinte e sete reais e quarenta e três centavos), correspondente ao vencimento-base inicial do cargo, no valor de R\$ 1.774,20 (um mil setecentos e setenta e quatro reais e vinte centavos), acrescido do percentual de 3% (três por cento), equivalente ao valor nominal de R\$ 53,23 (cinquenta e três reais e vinte e três centavos), nos termos do art. 15, parágrafo único, e do Anexo I da Resolução nº 016/2019.

Art. 3º A presente progressão funcional tem seus efeitos financeiros e funcionais reconhecidos a partir de 1º de janeiro de 2025, sendo esta Portaria o instrumento de sua formalização e regularização

Art. 4º O adicional por tempo de serviço (quinqüênio), quando devido ao servidor, será calculado com base exclusiva no vencimento inicial do cargo efetivo e corresponde, no presente momento, ao valor mensal de R\$ 177,42 (cento e setenta e sete reais e quarenta e dois centavos), apurado conforme o percentual previsto na legislação de carreira.

§ 1º A base de cálculo do quinqüênio limita-se ao vencimento inicial do cargo, vedada a incidência sobre gratificações, adicionais, vantagens pessoais ou quaisquer outras parcelas remuneratórias.

§ 2º O valor do quinqüênio não servirá de base de cálculo para outras vantagens, evitando-se efeito cascata remuneratório.

Art. 5º A gratificação devida ao servidor, instituída em legislação específica, corresponde, no presente exercício, ao valor mensal de R\$ 532,26 (quinhentos e trinta e dois reais e vinte e seis centavos), calculado conforme os critérios estabelecidos na norma instituidora, observada a base de cálculo vinculada ao vencimento inicial do cargo efetivo.



CÂMARA MUNICIPAL DE BOM JARDIM DE MINAS

§ 1º O cálculo do valor aqui registrado se dá em estrita observância à natureza jurídica e aos critérios de concessão da gratificação definidos na legislação pertinente e nos princípios de legalidade e vedação ao efeito cascata.

§ 2º A gratificação não se incorpora ao vencimento nem servirá de base para cálculo de outras vantagens, salvo expressa disposição legal.

Art. 6º. Os valores decorrentes da progressão funcional aqui formalizada deverão ser observados para fins de processamento da folha de pagamento a partir da competência janeiro de 2026, procedendo-se aos ajustes financeiros devidos, se for o caso, cabendo ao setor responsável promover os registros funcionais e contábeis correspondentes.

Art. 7º - Esta Portaria deverá ser registrada nos assentamentos funcionais do servidor para todos os fins de direito e para fins de comprovação da regularidade da concessão da progressão.

Art. 8º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Bom Jardim de Minas, 30 de janeiro de 2026.

Ana Claudia
Gomes:0935070869
8

Assinado de forma digital por Ana
Claudia Gomes:09350708698
Dados: 2026.01.30 10:29:03 -03'00'

ANA CLAUDIA GOMES
Presidente da Câmara